

À vontade para vender

MARCELA DUARTE

DA EQUIPE DO CORREIO

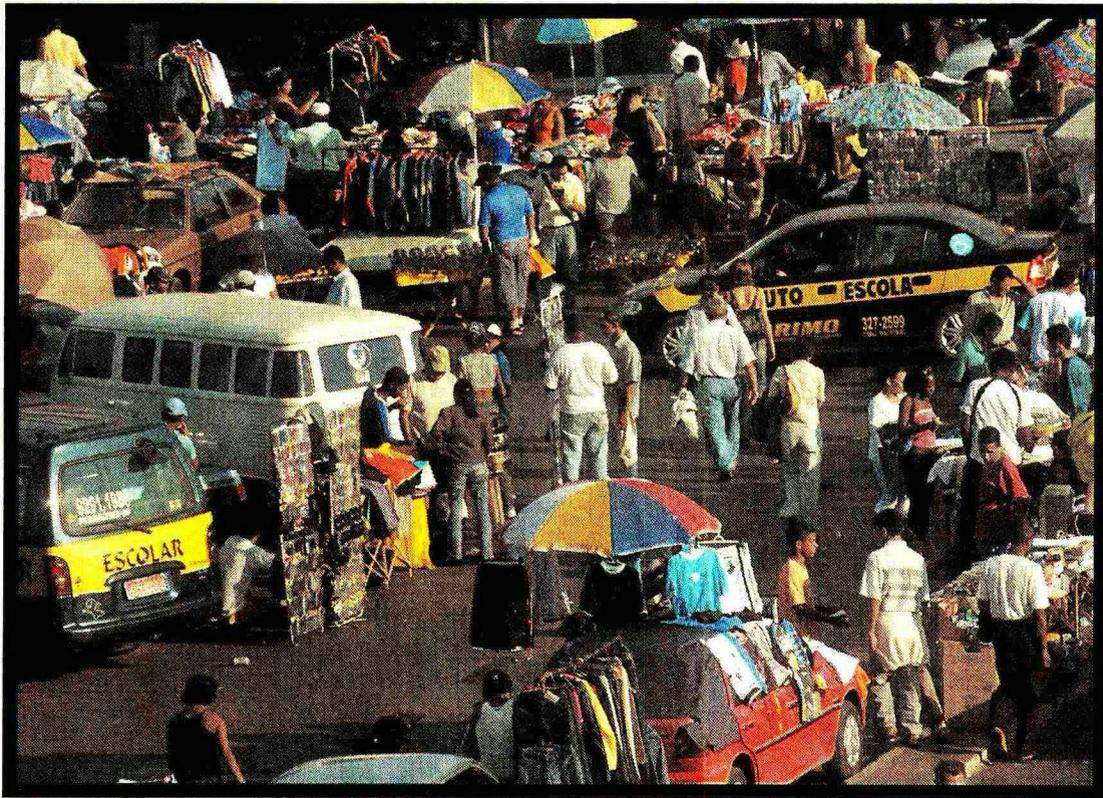
Fora da área delimitada pela Administração de Brasília como local para o comércio informal, nem assim o calçadão que liga o Conjunto Nacional ao Conic ficou livre dos camelôs. O espaço destinado a pedestres está tomado por vendedores de roupas, frutas, cds, brinquedos e outros objetos. No final da tarde de ontem, 89 ambulantes ofereciam seus produtos sem serem importunados, na área.

O secretário de Fiscalização da Administração de Brasília, coronel Almir Maia, afirma que a fiscalização está sendo feita diariamente. "No calçadão é difícil conter a ação dos ambulantes, eles carregam a mercadoria e fogem rapidamente", explica. De acordo com norma da administração em vigor desde maio de 2003, a presença dos camelôs só é permitida em alguns pontos dos setores Bancário Sul e Comercial Sul, e do Gran Circular.

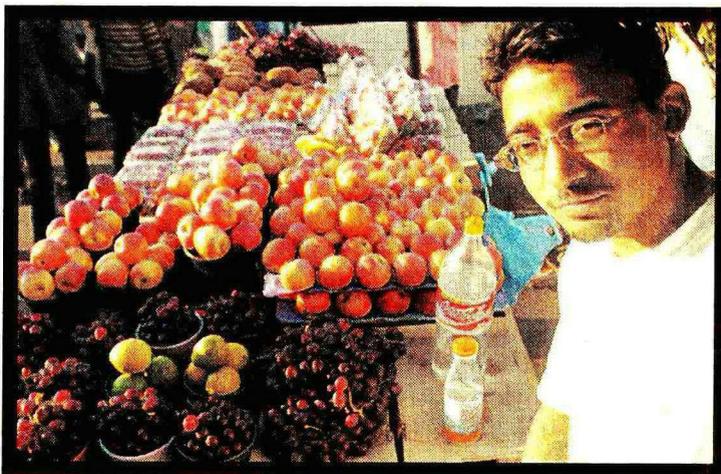
No Setor de Diversões Sul, a única área liberada é o trecho entre a plataforma superior e o estacionamento da Rodoviária. Mesmo assim, os ambulantes estão sujeitos à fiscalização. A vendedora de roupas Maria Vanda Pedroza, 45, tem uma banca na Plataforma Superior da Rodoviária, espremida entre o estacionamento e a pista. Mas não pode ficar no local depois das 17h30. "Se não cumprir o horário, perdemos tudo do mesmo jeito", conta.

Há seis anos no calçadão, o vendedor de frutas Antônio Marcos, 25, prefere correr o risco de perder o produto do que mudar de ponto. "Preciso trabalhar e sustentar minha família. E aqui é o local bom de venda", justifica. O material apreendido pela fiscalização em locais não liberados para os camelôs só pode ser retirado com o pagamento de tributos. O prazo é de 30 dias. Mas a medida não intimida os ambulantes. Paulo José Lima, 30,

Fotos: Ronaldo de Oliveira



ESPAÇO PARA CIRCULAÇÃO DE PEDESTRES NA PLATAFORMA SUPERIOR DA RODOVIÁRIA É INVADIDO PELOS AMBULANTES



PARA O AMBULANTE ANTÔNIO MARCOS, O LOCAL É BOM PARA VENDER FRUTAS

trabalha no calçadão há 14 anos e já perdeu as contas das vezes que fugiu dos fiscais. "O jeito é ficar atento e correr salvando o que dá quando a *rapa* chega", afirma.

Acostumados a driblar a fiscalização, eles também não pretendem deixar o local onde é grande o trânsito de pessoas pa-

ra vender nos shoppings populares. A construção está prevista no orçamento do Governo do Distrito Federal (GDF) para 2004, mas ainda não há data para começar. O primeiro shopping será construído na área central de Ceilândia. A obra é uma das prioridades do governo, afirma o presidente do Sindicato dos Ven-

dedores Ambulantes do DF, Bartolomeu Gonçalves Martins. Para ele, o shopping é uma vitória da categoria: "Essa é a chance dos ambulantes serem reconhecidos como trabalhadores".

Segundo o secretário de Fiscalização da Administração de Brasília, coronel Almir Maia, existem 1.200 ambulantes cadastrados. Em cada shopping, está prevista a instalação de 1.800 lojas. Ele acredita que o número de regulamentações aumente com a construção dos galpões. "O ambulante que procurar a administração e estiver disposto a andar na lei terá direito ao boxe", garante.

A idéia da transferência para um local fixo não agrada a todos. "Prefiro continuar aqui, perto do povo que eu vendo", diz Cristiana da Silva, 33, ambulante há dois meses, desde que se separou do marido. Fernando Gomes, 36, concorda com a vizinha de banca: "Posso até continuar aqui sem regulamentação, mas não vou deixar de vender".